

ECONOMIA ANTIGA E “RACIONALIDADE LIMITADA”:

Uma Crítica ao Uso de Modelos Neomodernistas

JOSÉ ERNESTO MOURA KNUST*

RESUMO

Desde o século XIX a caracterização da economia antiga vem suscitando grandes debates entre economistas e historiadores. Após um período de hegemonia de abordagens avessas ao uso do aparato da teoria econômica neoclássica, inaugurado pela obra de Moses Finley, nas últimas duas décadas tem crescido a influência de modelos econômicos sobre a história econômica da Antiguidade. Neste artigo, pretendo identificar distintas maneiras como essa influência tem sido sentida nos debates sobre a “racionalidade econômica dos antigos”, avaliando-as criticamente. Por fim, pretendo analisar as bases epistemológicas da utilização do conceito neoclássico de racionalidade, incluindo suas versões mais desenvolvidas, concluindo que elas não são um bom caminho para a produção da História Econômica da Antiguidade.

Palavras-chave: Economia Antiga; Racionalidade Econômica; Historiografia.

ABSTRACT

The ancient economy has been a subject of debate between economists and historians since the nineteenth century. The influence of neoclassical economics' models on the economic history of antiquity has increased in the last two decades, after a period inaugurated by Moses Finley's works criticizing the use of the Neoclassical Economics' tools in ancient history. In this article, I intend to identify and evaluate critically different approaches within this new wave of studies, especially those concerned with the debate on 'ancients' economic rationality'. In the final section, I intend to criticize the epistemological foundations of the neoclassical concept of rationality, pointing its inappropriateness as a method to economic history of antiquity.

Keywords: Ancient Economy; Economic Rationality; Historiography.

* Doutor pelo PPGH-UFF, professor de história do IFFluminense, campus Macaé.
Email: zeknust@gmail.com

Os estudos sobre a Economia Antiga são dominados há mais de um século e meio pelo debate entre duas diferentes abordagens básicas, iniciado ainda no século XIX sob forte impacto do grande desenvolvimento da economia industrial capitalista. Por um lado, economistas ligados à “Escola Histórica Alemã”, como Karl Rodbertus e Karl Bücher, defendiam a ideia de que o Mediterrâneo Antigo pertencia a uma fase inicial do desenvolvimento econômico-histórico universal, que seria justamente a antítese do desenvolvimento industrial capitalista que lhes era contemporâneo. A economia antiga seria, desta forma, marcada pela “economia doméstica”, essencialmente agrícola e voltada para a autossuficiência das unidades produtivas domésticas (o *oikos*), e por isso desprovida de relações comerciais relevantes. Esta posição acabou conhecida como “primitivista”.

Por sua vez, renomados classicistas da virada do século XIX para o século XX, como Eduard Meyer e Michail Rostovtzeff, defendiam uma visão mais corrente no senso comum sobre o mundo clássico greco-romano: tão imponente sociedade, vista como espécie de mito fundador da civilização ocidental, não poderia ser sustentada por uma economia tão débil como a postulada pelo primitivismo; pelo contrário, haveria de possuir uma economia de tipo similar ao capitalismo moderno. Esta posição, que ficou conhecida como “modernista”, dominou os estudos sobre a economia antiga entre o final do século XIX e a década de 60 do século passado – talvez por apresentar uma visão mais convergente com a imagem que se tinha sobre o mundo greco-romano, ou talvez por lidar melhor com as fontes históricas, abundantes no que pareciam exemplos de trocas comerciais e produções mercantilizadas¹.

A partir da década de 60, porém, o renomado historiador Moses Finley iniciou uma releitura da história econômica greco-romana crítica ao “modernismo”. Influenciado por Karl Polanyi e Max Weber, Finley afirmava que os antigos não possuíam uma economia autônoma da sociedade e que a cidade antiga era essencialmente um centro de consumo e não de produção². Como identifica o historiador dinamarquês Peter Bang, as teses de Finley surgiam no contexto do choque pós-colonial, um período no qual ideias críticas ao Ocidente capitalista ganharam força. Nesta época, os povos não europeus, que durante o período áureo do imperialismo neocolonialista haviam sido repetidamente taxados de primitivos, atrasados e bárbaros, passaram a ser analisados de maneira mais positiva e os estudos antropológicos sobre esses povos ganharam maior influência na historiografia³. Caracterizar as sociedades fundadoras do mundo ocidental, Grécia e Roma, a partir de *insights* produzidos por esses estudos deixou de ser algo tão assombroso ou reprovável dentro do senso comum historiográfico e as teses de Finley tiveram mais espaço para circulação.

A obra de Finley era um ataque muito bem elaborado contra visões anacrônicas do mundo romano e contra o uso indevido de métodos quantitativos a partir das fontes primárias greco-romanas. A importância da obra deste autor para os estudos socioeconômicos da Antiguidade dificilmente poderia ser superestimada, visto que sua abordagem se tornou paradigmática desde a década de 60 e fixou alguns dos problemas centrais em torno dos quais se desenvolveram os estudos posteriores sobre a economia antiga.

Um desses problemas centrais que Finley estabeleceu concerne à questão da racionalidade econômica. A partir de sua obra, muito se discutiu o quanto os investimentos de recursos pelos antigos, especialmente da elite proprietária de terras, refletiam de fato uma verdadeira racionalidade econômica. A compreensão dos critérios que definiam o

1 SCHIAVONE, Aldo. *Uma História Rompida. Roma Antiga e Ocidente Moderno*. São Paulo: EdUSP, 2005, p.82.

2 FINLEY, Moses. *A Economia Antiga*. Lisboa: Editorial Presença, 1984. passim.

3 BANG, Peter. “Antiquity between “Primitivism” and “Modernism””, Workpaper 53-97, Centre for Cultural Research, University of Aarhus, 1997, disponível em: <www.hum.au.dk/ckultur/pages/publications/pfb/antiquity.htm>. Acesso em 11/04/2014.

comportamento dessa elite na relação com suas propriedades fundiárias passou a ser vista como um elemento chave para a caracterização qualitativa da economia romana, permitindo distinguir as características específicas dessa economia com a de outros períodos da história⁴.

Como consequência da influência da obra de Finley no campo da História Econômica da Antiguidade Clássica, análises que identificassem a economia Greco-romana como uma economia de mercado e que utilizassem o postulado da racionalidade econômica da Teoria Econômica Neoclássica (*o homo oeconomicus*) perderam muito espaço. Isto não significou um consenso geral em torno das teses de Finley. Porém, as críticas à sua visão minimalista da economia antiga originavam-se, basicamente, de duas fontes alheias ao marginalismo. Por um lado, marxistas italianos e franceses defendiam que o mundo antigo conheceu uma economia mais pujante do que previa o modelo de Finley, impulsionada pelo desenvolvimento do Modo de Produção Escravista, mas concordavam com a ideia de Finley de que a economia antiga não podia ser analisada a partir dos conceitos forjados para a economia de mercado capitalista⁵. Por outro lado, alguns arqueólogos afirmavam que eram incompatíveis com a visão minimalista proposta por Finley os dados arqueológicos existentes – isto é, também polemizavam com a percepção finleyana de que a economia antiga era pouco desenvolvida para além do nível de subsistência, mas recorriam fundamentalmente ao empirismo, sem entrar no debate conceitual quanto ao caráter mercantil ou capitalista desta economia⁶. Entre as décadas de 70 e 80, defensores da ideia de que a economia romana era uma economia de mercado conseguiram pouco espaço na historiografia sobre o tema, mesmo quando as ideias de Finley eram criticadas.

A partir da década de 90, porém, alguns autores voltaram a identificar a existência de comportamento racional no mundo antigo dentro de um quadro teórico que identifica, em algum nível, racionalidade com o comportamento tipicamente capitalista. Se durante as décadas anteriores o impacto pós-colonial favorecera visões críticas ao Ocidente capitalista, com a queda do “bloco socialista” na Europa Oriental, o triunfalismo capitalista, fundamentado no “consenso” neoliberal do pensamento único e na ideia de “fim da história” de Fukuyama, favoreceu amplamente visões apoloéticas à sociedade de mercado. Como afirma Peter Bang, o Ocidente se recuperara do choque pós-colonial e não acreditava mais em possíveis soluções vindas do terceiro mundo para os problemas da sociedade de mercado⁷. Pelo contrário, a sociedade de mercado passou a ser apontada como a solução para os problemas do terceiro mundo.

Obviamente, esta recuperação da utilização do conceito de racionalidade econômica neoclássico para o estudo da economia antiga necessariamente passaria pelo diálogo com a crítica de Finley à caracterização da economia antiga como uma economia de mercado, pois seria impossível ignorar sua influência nos debates sobre o tema. De maneira geral, o resultado deste diálogo crítico com a obra de Finley, por parte destes autores que defenderam nas últimas décadas a existência de um comportamento racional-mercantil na Roma Antiga, tem sido a afirmação de que a diferença entre o comportamento racional capitalista e o comportamento racional na Antiguidade reside

4 KEHOE, Dennis. *Investment, Profit and Tenancy. The Jurists and Roman Agrarian Economy*. Ann Arbor: Michigan University Press, 1997, p.1.

5 ANNEQUIN, Jacques. “Formes de contradiction et rationalité d’un système économique. Remarques sur l’esclavage dans l’Antiquité”. *Dialogues d’histoire ancienne*, Vol.11, no 1, 1985; CARANDINI, Andrea, “Sviluppo e Crisi delle manifatture rurali e urbane”. In: GIARDINA, Andrea & SCHIAVONE, Schiavone (eds.), *Società Romana e Produzione Schiavistica*, vol.2: *Merci, Mercati e Scambi nel Mediterraneo*. Bari: Laterza, 1981.

6 GREENE, Kevin. *The Archaeology of the Roman Economy*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1986, p.170, HITCHNER, Robert Bruce. “Olive Production and the Roman Economy: The Case for Intensive Growth in the Roman Empire”. In: SCHEIDEL, Walter & VON REDEN, Sitta. *The Ancient Economy*. Nova York: Routledge, 2002, p.72 (trabalho originalmente publicado em 1993); FREDERIKSEN, Martin. “Theory, Evidence and the Ancient Economy”, *The Journal of Roman Studies*, vol. 65, 1975.

7 BANG, Peter. “Antiquity between “Primitivism” and “Modernism””, *op.cit.*

em limites estruturais impostos ao desenvolvimento do mercado na Antiguidade, e não na inexistência completa de um comportamento econômico racional. Teríamos, portanto, entre as economias antiga e moderna uma diferença muito mais quantitativa do que qualitativa.

Três caminhos argumentativos têm sido utilizados. Primeiro, certos autores têm lidado com o conceito de racionalidade de maneira superficial, sem maiores preocupações com uma definição conceitual clara do termo. A consequência disto tem sido a utilização acrítica da abordagem marginalista do conceito de racionalidade, estimulada pela força que a teoria social racional-utilitarista⁸, base do marginalismo, tem no mundo anglo-saxão. Não discutindo o conceito de racionalidade, esses autores assumem como óbvio o conceito mais comum em seu meio acadêmico.

Outros autores, porém, perceberam a importância deste conceito no debate e construíram argumentações defendendo o uso do conceito marginalista de racionalidade frente à crítica polanyiana e finleyniana ao seu uso para o mundo antigo. Dentre estes autores, podemos identificar aqueles influenciados por ideias marginalistas mais clássicas e sua variante historiográfica, a *New Economic History*, e aqueles inspirados pela renovação marginalista nascida a partir da *New Institutional Economics* de Douglass North.

Apesar de trilharem caminhos um pouco diferentes para chegar à mesma conclusão (a existência de uma racionalidade limitada entre os agentes econômicos da Antiguidade), todos os autores que defendem esta hipótese, não por acaso, partem de um mesmo tipo de abordagem, fundamentalmente racional-utilitarista, e tributária em especial da concepção marginalista de racionalidade econômica. Analisemos, agora, alguns trabalhos que se inserem nessas perspectivas para identificarmos como opera tais abordagens.

A racionalidade dos investimentos conservadores

Em um dos mais interessantes e relevantes trabalhos sobre a economia agrária romana publicados nas últimas décadas, *Metropolis and Hinterland*, o historiador britânico Neville Morley utiliza acriticamente o aparato conceitual marginalista ao discutir o problema da racionalidade econômica dos proprietários de terra romanos. Curiosamente, porém, Morley constrói sua argumentação com a pretensão de criticar tal aparato conceitual.

Ele começa sua apreciação justamente criticando o que considera ser o postulado do *homo oeconomicus* da teoria econômica marginalista. Segundo ele, é irreal para o mundo antigo a concepção de que tomadores de decisão são dotados de informações completas sobre tudo que influencia suas escolhas e são capazes de efetuar os cálculos necessários a fim de otimizar um determinado objetivo. Morley destaca a força da incerteza sobre o comportamento humano, identificando os limites da circulação de informações, da contabilidade e da previsibilidade do clima (elemento fundamental para a produção em uma sociedade agrária) como fatores que impedem a existência de um comportamento como o descrito pela premissa do *homo oeconomicus* no mundo romano⁹. Porém, e este é o ponto-chave, estas afirmações de Morley não negam por completo a validade desta premissa, apenas apontam os limites de sua performance no mundo antigo e, especialmente, Morley analisa as consequências

⁸Utilizo, aqui, a terminologia "racional-utilitarista" para definir abordagens que buscam a explicação do mundo social através do individualismo metodológico, especialmente àquelas que enfatizam o problema da "escolha racional dos agentes", como define COLLINS, Randall. *Quatro Tradições Sociológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p.107-110.

⁹MORLEY, Neville. *Metropolis and Hinterland. The city of Rome and the Italian Economy, 200BC-AD200*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.71-73.

destes limites dentro dos mesmos parâmetros racional-utilitaristas do marginalismo.

Segundo o historiador britânico, os agricultores romanos operavam dentro de uma “zona de ação racional”, buscando resultados satisfatórios no longo prazo, já que as condições de incerteza crônica estimulam este tipo de comportamento conservador. Ele se opõe a Finley afirmando que aquilo que este vê como símbolo de primitivismo econômico, a força do tradicionalismo e do costume, na verdade são instrumentos importantes para a determinação de estratégias de produção nas condições existentes na Antiguidade¹⁰.

Morley, contudo, percebe que apenas isto não resolve o problema, porque mesmo que o conservadorismo e a falta de empreendedorismo econômico possam ser pensados como respostas racionais a limitação de informações e a incerteza, ainda é preciso demonstrar que as motivações que fundamentam estes comportamentos são de fato econômicas. Ele acredita ser possível comprovar isto de duas formas. Primeiro, mostra que os ideais de autossuficiência e de minimização de custos, apontados pela abordagem finleyniana como indícios da inexistência de motivações econômicas, podem muito bem ser explicados por razões econômicas. Ademais, argumenta que se não houvesse motivações econômicas, não ocorreriam as transformações no uso da terra no sentido de práticas mais produtivas e economicamente eficientes que ele identifica ao longo de sua tese¹¹.

Desta maneira, Morley conclui que os proprietários de terras romanos buscavam a maximização de seus rendimentos, mas que as condições estruturais em que atuavam determinavam a escolha de estratégias mais conservadoras de atuação. A racionalidade destes proprietários é, portanto, da mesma natureza dos modernos capitalistas, apenas tendo sua performance limitada por certos aspectos estruturais, especialmente o atraso tecnológico que dificulta o acesso as informações e um planejamento mais ambicioso.

Dennis Kehoe, em um trabalho da década de 1990, constrói uma argumentação em bases similares. A partir dos textos dos juristas romanos que regulavam a administração dos bens pelos tutores, as heranças e as relações entre proprietários de terras e arrendatários, Kehoe pretende identificar os conceitos de rentabilidade e lucro da elite romana. Segundo ele, a terra não é vista como um investimento avaliado em comparação com outras formas de empreendimento econômico, mas como um ativo que garante a segurança social e financeira¹². Isto se deve, contudo, ao fato de a agricultura ser a única forma segura em longo prazo de investimento de que dispunha a elite romana. O limitado crescimento econômico romano e sua conseqüente falta de alternativas de possíveis investimentos faziam com que a elite buscasse a segurança do investimento na terra¹³.

Desta maneira, podemos dizer que Kehoe acredita na existência de um ímpeto natural pela inversão de riquezas em atividades econômicas pela elite romana, mas que, dada as limitações de possibilidades de investimentos, esta elite privilegiou a busca por investimentos conservadores em terras, única forma segura de obter rendimentos no longo prazo. Mais uma vez identificamos uma racionalidade de mesma natureza que a capitalista, ainda que limitada por constrangimentos específicos da economia romana.

Apesar de aparentemente se colocar favorável à crítica finleyniana em relação ao uso da premissa do *homo oeconomicus* no estudo da economia antiga, este tipo de argumentação nada

10 *Ibidem*, p.74.

11 *Ibidem*, p.76-77.

12 KEHOE, Dennis. *Investment, Profit and Tenancy. The Jurists and Roman Agrarian Economy*. Ann Arbor: Michigan University Press, 1997, p.6.

13 *Ibidem*, p.15-17, 35, 52, 75-76, 77 e 135-136.

mais faz do que aplicarão problema em questão uma solução nada estranha ao marginalismo. Ao afirmar que os proprietários de terras romanos estavam optando por estratégias que diminuíssem os riscos frente às incertezas causadas por elementos estruturais da economia romana, isto é, o conservadorismo dos proprietários romanos em seus investimentos seria resultado de um comportamento economicamente racional, esses autores estão referendando o *Teorema do Máximo-Mínimo*, proposto pelo matemático John Von Neumann e amplamente utilizado pelos economistas marginalistas para a construção de seus modelos econômicos.

Segundo este teorema, sempre há uma solução racional para um conflito bem definido entre dois indivíduos com interesses completamente opostos. Para Von Neumann, este tipo de interação entre agentes sempre possui um ponto de equilíbrio atingido pela estratégia que garante um ganho mínimo para o agente independentemente das estratégias que o adversário venha a escolher.

Associando este teorema com a percepção do economista neoclássico Oskar Morgenstein de que a maximização depende diretamente da interação entre os indivíduos e indiretamente do meio no qual os indivíduos interagem, o problema da maximização foi recolocado em outros termos dentro da teoria marginalista¹⁴. A maximização não significaria necessariamente a busca desenfreada pelo máximo de ganhos possíveis, mas, sim, a garantia do máximo mínimo seguro possível de ganhos dentro das incertezas geradas pela interação social e pelo meio na qual a interação se dá. Isto é, dada uma situação de incerteza, o mais racional não é a busca pela maximização absoluta de ganhos, mas a garantia do máximo de ganhos possíveis de se obter sem depender daquilo que é incerto.

Em outras palavras, o que Kehoe e Morley fazem é aplicar princípios da teoria dos jogos à economia romana, aceitando desta forma, as premissas marginalistas. O problema maior não é esta aceitação em si, mas a forma acrítica como os dois autores a fazem nestes trabalhos. As argumentações são construídas como se não houvesse outras formas de trabalhar o conceito de racionalidade, chegando mesmo a apontar estes limites como algo subversivo à teoria marginalista. Por isso, são tão importantes os trabalhos que identificam o problema conceitual em torno do problema do comportamento racional e defendem de maneira clara a utilização do aparato teórico marginalista.

***New Economic History* e Economia Antiga**

Peter Temin, importante economista e historiador econômico, um dos grandes nomes da *New Economic History* (NEH) no século passado, tem se dedicado nas últimas décadas ao debate sobre a Economia Antiga. Em 2001 ele disponibilizou um importante artigo sobre este assunto na série de *working papers* da Universidade de Oxford *Discussion Papers in Economic and Social History*, intitulado "A market economy in The Early Roman Empire", posteriormente publicado em um dos maiores periódicos de referência dos estudiosos sobre o mundo romano, o *Journal of Roman Studies*.

Temin inicia o artigo justamente pelo diálogo com Finley e Polanyi, demonstrando preocupação em defender o aporte marginalista das críticas desses autores. Como um bom representante da NEH, Temin simpatiza com a defesa da utilização de modelos que Finley faz em *A Economia Antiga*. Segundo ele, não existem bons modelos em absoluto,

14 LESSA, Célia de Andrade. "Racionalidade Estratégica e Instituições", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.13, n.37, Junho de 1998.

apenas modelos melhores ou piores do que outros modelos. A partir disto, Temin pretende propor um modelo de economia antiga que rivalize com o modelo finleyiano.

Porém, ele precisa enfrentar um problema fundamental que identifica com clareza. Os modelos cliométricos amplamente utilizados pela *NEH* partem da premissa de que a economia cotejada pelo modelo é uma economia de mercado em equilíbrio, pois é a partir disto que os cálculos matemáticos da cliometria fazem sentido. Porém, é justamente esta premissa que está em debate com relação à economia antiga desde a obra de Finley: esta seria ou não uma economia de mercado? Sendo assim, qualquer modelo sobre a economia antiga, antes de propor cálculos econométricos para descrever aspectos da realidade romana, precisa provar que ela é, de fato, uma economia de mercado¹⁵.

Temin, então, começa sua jornada argumentativa a fim de caracterizar a economia romana como economia de mercado. De início, ele critica a categorização polanyiana de formas de integração da sociedade, defendendo sua substituição pelas categorias proposta por Pryor, que divide as formas de integração em intercâmbios (trocas de equivalentes) e transferências (deslocamentos unilaterais de bens ou serviços). Os intercâmbios podem ser mercantis ou recíprocos e as transferências podem ser cêntricas ou não. Com isso, Temin equipara a “Reciprocidade” de Polanyi com as transferências não cêntricas e os intercâmbios recíprocos, a “Redistribuição” com as transferências cêntricas e o “Intercâmbio” polanyiano com o intercâmbio mercantil¹⁶.

É difícil perceber o quanto de rigor a análise ganha com estas matizações de Temin retiradas de Pryor, ainda mais porque o cerne do argumento de Temin é seu passo seguinte: a associação de cada uma destas formas de intercâmbio com um tipo de *comportamento* característico. Segundo Temin, duas variáveis são fundamentais na determinação do comportamento individual: o grau de autonomia das pessoas e a velocidade das mudanças no ambiente em que elas vivem. Quando as pessoas não possuem grande autonomia e o ambiente se transforma lentamente, elas adotam o comportamento costumeiro. Quando as pessoas não possuem grande nem pouca autonomia e o ambiente se transforma rapidamente, elas adotam o comportamento comandado. E quando a autonomia das pessoas é grande e as transformações no ambiente se dão em uma velocidade mediana, o comportamento adotado pelas pessoas é o *instrumental*, isto é, elas têm determinados objetivos em mente e escolhem meios de atingi-los. Respectivamente, estas formas de comportamento se associam intimamente a Reciprocidade, Redistribuição e Intercâmbio¹⁷.

O que Temin pretende com esta tipologia é afirmar que identificando comportamentos instrumentais estaremos atestando a existência de mercado – e, portanto, a validade do aporte marginalista para o estudo de tal sociedade. Esta é uma abordagem complicada desde suas bases. Fora a tipologia de comportamento, que mostraremos ser confusa e inconsistente, a própria crença em poder provar a existência de mercados pela identificação de certos comportamentos já fora apontada por Polanyi como caminho para grandes confusões. Segundo o antropólogo húngaro, comportamentos, aspectos culturais e instituições que acreditamos estarem ligados a situações de mercado, por assim o serem em nossa sociedade, podem desempenhar papéis muito diferentes em outros contextos históricos, e não possuírem qualquer ligação com realidades de mercado¹⁸. Mas detalhemos

15 TEMIN, Peter. “A Market Economy in the Early Roman Empire”, *Discussion Papers in Economic and Social History*, Universidade de Oxford, no 39, Março de 2001, p.2-4.

16 *Ibidem*, p.5-7.

17 *Ibidem*, p.8.

18 POLANYI, Karl. “Intercambio sin mercado en tiempos de Hammurabi”. In: *Idem*, ARENSBER, Conrad; PEARSON; Harry (ed.). *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitaria Monografias,

a abordagem de Temin para poder entender a que erros esta abordagem o leva a cometer.

Ao identificar a existência de empréstimos que objetivavam lucros¹⁹, estratégias de diversificação de investimentos para diminuição de riscos²⁰ e comercialização de produtos agrícolas, especialmente no grande mercado consumidor que era a cidade de Roma²¹, Temin conclui que a economia romana era perpassada pelo comportamento instrumental, ao menos em sua elite letrada, e baseada em uma sociedade de mercado²². Por fim, Temin identifica o limite ao desenvolvimento do mercado nesta economia, que explica a diferença desta realidade para o mundo contemporâneo: as dificuldades no transporte, que tornavam lentos o transporte de mercadorias e a circulação de informações, geravam uma limitação geográfica às regiões que conseguiam integrar-se ao grande mercado mediterrânico, que era o centro da vida econômica romana²³.

Percebe-se que Temin acredita que quando as pessoas determinam objetivos e escolhem meios de atingi-los, elas criam relações de mercado entre si. De certa maneira, esta abordagem não deixa de ser uma simples inversão da hipótese de Finley, que pretende mostrar a predominância do comportamento costumeiro como prova de que não existe economia de mercado na Antiguidade clássica. O argumento, neste caso, cede parcialmente frente à crítica polanyiana (existem realidades econômicas em que mercados não existem ou são irrisórios, como a Europa medieval e as economias planificadas do "socialismo real" no século XX²⁴) para afirmar que quando podemos identificar um comportamento instrumental (neste caso, apenas uma forma alternativa de se referir ao conceito de racionalidade marginalista), estaríamos diante de uma economia de mercado. Ou seja, só existe, segundo a proposição de Temin, busca pela realização de interesses específicos em uma situação de mercado.

A proposta de Temin é extremamente confusa. Partindo de um postulado racional-utilitarista, como claramente o autor faz, é estranho caracterizar o comportamento humano como determinado por fatores externos, conforme ele propõe. Sendo o grau de autonomia das pessoas e a velocidade das mudanças no ambiente como os determinantes para a forma do comportamento humano, o que explicaria justamente as diferenças e transformações nestes dois fatores? Dentro do campo teórico que baseia as ideias de Temin, como explicar que a passagem da Antiguidade para o Medieval marcou uma diminuição da autonomia individual e a transformação do comportamento instrumental para o comportamento costumeiro sem buscar explicações justamente nas motivações do comportamento humano? Ou, explicando melhor, o que causa a ausência de autonomia individual e a baixa velocidade de transformações no ambiente que fazem os indivíduos medievais adotarem o comportamento costumeiro? Na verdade, as bases do pensamento de Temin não sustentam a tipologia por ele proposta.

Para as teorias racional-utilitaristas, como o marginalismo, o comportamento humano sempre é instrumental no sentido de que sempre está buscando os melhores meios de atingir seus objetivos. Temin, na verdade, cria, retoricamente, dois modelos de exceção, o comportamento costumeiro e o comportamento comandado, que não podem ser explicados dentro de suas premissas teóricas fundamentais. Dentro do racional-utilitarismo, as pessoas podem adotar comportamentos por repetição costumeira ou por obediência a hierarquias rígidas caso isso, de alguma forma, seja uma maneira eficiente de atingir objetivos almejados dentro de

1976, p.62-63.

19 TEMIN, Peter. "A Market Economy in the Early Roman Empire", *op.cit.*, p.13-17.

20 *Ibidem*, p.18.

21 *Ibidem*, p.20-24.

22 *Ibidem*, p.32.

23 *Ibidem*, p.29-30.

24 *Ibidem*, p.11.

realidades específicas – isto é, caso estes comportamentos sejam instrumentalmente eficientes.

Sendo assim, não é surpresa alguma que Temin defenda a existência de um comportamento instrumental na Antiguidade, pois as duas alternativas que ele acredita existir são aberrações conceituais dentro de suas premissas teóricas. Um marginalista sempre identificará na realidade por ele estudada o comportamento instrumental, pois agindo de maneira diferente, tornaria aquela realidade incompreensível para seus postulados teóricos. Se por um lado Temin tem o mérito de perceber que o próprio postulado do comportamento racional, como previsto pelo marginalismo, está em jogo no debate sobre a economia antiga, por outro, sua proposta de solução para o problema é confusa e incongruente.

O erro maior de Temin, que está na raiz de sua tipologia confusa sobre o comportamento humano, é uma interpretação tão equivocada quanto corriqueira da contribuição de Karl Polanyi por entusiastas de abordagens racional-utilitaristas: Temin tenta enquadrar a análise de Polanyi em parâmetros racional-utilitaristas, o que é impossível. Polanyi não acredita que as pessoas construam relações de reciprocidade e redistribuição porque em determinadas situações históricas e sociais estes comportamentos sejam vantajosos ou mesmo que se adaptem melhor a dadas realidades estruturais. Polanyi não parte da ação social como elemento explicativo fundamental; pelo contrário, afirma explicitamente que a institucionalização das formas de integração não ocorre pela agregação de condutas individuais²⁵. A aparente incapacidade de Temin em perceber isto coloca em risco todo o diálogo que ele propõe com a abordagem do antropólogo húngaro.

Neoinstitucionalismo e Economia Antiga

A proposta de renovação do marginalismo trazida pelo ganhador do Nobel de Economia Douglass North e sua *New Institutional Economics* (NIE) lida melhor com esses problemas de caracterização do comportamento costumeiro e identificação da existência de economia de mercado justamente por não incorrer no erro de apelar para conceitos estranhos à sua base teórica e por entender de maneira mais clara o desafio proposto por Polanyi. North escreveu, inclusive, um artigo específico para responder diretamente a este desafio, exaltando as qualidades de Polanyi ao mesmo tempo em que afirma que a teoria econômica neoclássica pode explicar de maneira mais eficiente os elementos levantados por Polanyi²⁶.

Enquanto Temin tenta responder ao desafio polanyiano categorizando em tipologias exóticas os comportamentos previstos por Polanyi, empurrando-os para a penumbra da análise econômica, North busca explicar tais comportamentos dentro da própria análise econômica neoclássica. Inicialmente, North identifica de maneira clara o que Polanyi propõe: a reciprocidade e a redistribuição não são relações orientadas para a aquisição, as atividades econômicas fazem parte de relações e obrigações sociais, não podendo ser explicadas por um comportamento *economizador*²⁷. North afirma que Polanyi está certo ao identificar a inexistência de relações de mercado em diversas situações econômicas. Porém, diferentemente do que faz a estranha tipologia de Temin, North acredita que as formas de integração econômicas não mercantis descritas por Polanyi podem ser

25 POLANYI, Karl. “La Economía como actividad institucionalizada”, In: *Idem*, ARENSBER, Conrad; PEARSON; Harry (ed.). *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitaria Monografias, 1976, p. 296-298.

26 NORTH, Douglass. “Markets and other allocation Systems in History: the challenge of Karl Polanyi”, *Journal of European Economic History*, 6 (3), 1977, p.709.

27 *Ibidem*, p.708.

explicadas dentro dos princípios da teoria econômica neoclássica – desde que se faça sob a luz da análise dos custos de transação, pedra angular da renovação neoinstitucionalista²⁸.

Segundo a *NIE*, as trocas entre indivíduos não ocorrem a custo zero, como presume o marginalismo tradicional. Bens e serviços cambiados são compostos por diversos atributos, e mensurar os valores destes atributos e manter os direitos de propriedades sobre eles demandam esforços e dispêndio de recursos²⁹. Isto é, esta teoria reconhece que as condições para a troca, especialmente os direitos de propriedade, não são naturais e reconhecidas como dadas pelos indivíduos. Por isso, North defende a ênfase no estudo das Instituições para entender as diferentes configurações que a economia conheceu em sua história. Segundo ele, as interações sociais seriam inviáveis sem a existência de instituições, pois os custos de transação seriam proibitivos – como interagir com uma pessoa sem saber as condições sob as quais tal interação ocorrerá? Por isso, os indivíduos criam as instituições, que nada mais são do que constrangimentos informais e regras formais e suas características compulsórias (que determinam as condições sob as quais os indivíduos podem esperar que a interação ocorresse). Recorrendo a teoria dos jogos, North afirma que a cooperação entre indivíduos é mais fácil quando o “jogo” é repetido diversas vezes e se tem informações completas sobre ele – e é justamente isto o que as instituições permitem. Desta forma, as instituições diminuem o grau de incerteza que existe nas interações sociais, possibilitando sua ocorrência³⁰.

A partir deste conceito de instituições, North busca a análise das formas de integração descritas por Polanyi. Segundo ele, existe uma condição fundamental para a existência de mercados formadores de preços: a definição clara e assegurada dos direitos de propriedade sobre os bens ou serviços a serem trocados. Quando os custos para se obter isto superam os benefícios possíveis e/ou esperados, outras formas de alocação de recursos, não mercantis, vão ser criadas. Isto é, a escolha por diferentes formas de integração econômica dependem dos custos de transação envolvidos³¹.

Um bom exemplo da diferença entre as apreciações de North e Polanyi está na abordagem do problema da reciprocidade. Para Polanyi, o que determina a ocorrência da reciprocidade são as regras morais que obrigam a isso e acabam tornando os atos de dar, receber e reciprocitar valorizados socialmente por si mesmos. Apoiando-se na abordagem de Cyril Belsho, North afirma que o dom é uma estratégia de ação que permite o reforço de alianças e facilita as trocas de outros itens³².

Porém, é preciso ressaltar um aspecto da abordagem de North. Por mais que ele afirme que o mercado precisa da existência de instituições específicas para poder existir, não deixa de haver certa naturalização da economia de mercado em sua teoria. Segundo ela, apenas quando as condições básicas para a existência do mercado não são alcançáveis, outras formas de alocação são construídas. Isto se deve, claramente, a visão positiva que o autor tem da economia de mercado. A pergunta fundamental, que perpassa a construção teórica de North, é “como explicar as diferentes performances econômicas na história?”. A resposta de North a esta pergunta é: a eficiência de uma economia depende da capacidade de suas instituições diminuírem os custos de transação. Mas o que é uma performance eficiente de uma dada economia, para Douglass North? Como um bom marginalista

28 *Ibidem*, p.709-710.

29 *Idem*, “Institutions and economic performance”, in: MÅKT, Uskalt; GUSTAFSSON, Bo; KNUDSEN, Christian. *Rationality, Institutions and Economic Methodology*. Londres e Nova York: Routledge, 1993, p.248.

30 *Ibidem*, p.248-250.

31 *Idem*, “Markets and other allocations systems...”, *op.cit.*, p.710.

32 *Ibidem*, p.712.

não poderia deixar de pensar, a resposta é o funcionamento pleno do livre mercado³³.

Por isso, segundo o raciocínio de North e dos adeptos da *NIE*, quando as instituições são eficientes, quando as condições sociais não impõem obstáculos, a economia de mercado tende a se sobrepor às outras formas de organização da vida econômica. Desta forma, apesar da análise das instituições em transformação, a princípio, permitir a reintegração da importância do estudo histórico para a análise econômica³⁴, evitando o anacronismo crônico da *New Economic History* (que identifica todas as realidades históricas como economias de mercado), a *NIE* não consegue evitar a naturalização do comportamento racional capitalista presente nas premissas de sua fundamentação teórica.

Este problema fundamental da abordagem neoinstitucional fica evidente em sua melhor utilização para o estudo da economia romana, o livro de Dennis Kehoe *Law and the rural economy in the Roman empire*. Desde o livro citado acima, *Investment, Profit and Tenancy*, até a publicação deste último, Kehoe desenvolveu uma reflexão teórica mais embasada, buscando na *NIE* recursos para aprofundar seus estudos sobre a relação entre o direito e a economia romanos. Sua intenção neste livro é entender como as leis romanas criavam regras formais que serviam de “ambiente” para a economia rural, que, ao lado das instituições informais (valores e práticas sociais) determinavam as “regras do jogo”, a estrutura institucional para as interações sociais desta economia³⁵.

Kehoe possui bastante clareza da contribuição que o aporte neoinstitucionalista pode trazer para suas perspectivas: segundo ele, a análise institucional permite uma melhor compreensão da importância de fatores sociais na tomada de decisões pelos agentes econômicos. Desta maneira, Kehoe busca na *NIE* elementos para qualificar seu diálogo com o paradigma finleyniano, traduzindo a ênfase de Finley na sobreposição de aspectos sociais sobre interesses econômicos para a ênfase na importância das instituições para a performance econômica, baseando-se na teoria econômica neoinstitucional. Segundo ele, este tipo de estudo permitiria analisar em que nível os agentes econômicos romanos estavam aptos a formular planos que maximizassem suas utilidades³⁶.

Percebe-se, portanto, que Kehoe defende, desta vez de maneira franca e consciente, a premissa neoclássica da busca por maximização de utilidades pelos agentes econômicos. Porém, Kehoe matiza esta premissa, estabelecendo certos limites para sua atuação. O elemento chave, como não poderia deixar de ser no caso de uma análise baseada na *NIE*, é o problema dos custos de transação. Segundo ele, a premissa neoclássica supõe que os agentes econômicos possuem informações completas na palma de suas mãos, isto é, a custo zero, e a análise institucional corrigiria este equívoco, inserindo o problema da incerteza na análise. Citando Armen Alchian, Kehoe defende que é impossível falar em agentes buscando a maximização de utilidades devido à impossibilidade dos indivíduos possuírem todas as informações necessárias para criar estratégias que busquem tal objetivo.

O que caracteriza a ação dos agentes econômicos, então? Kehoe recorre ao conceito de racionalidade limitada de Herbert Simon. Partindo da psicologia cognitiva, Simon afirma que é impossível para o organismo humano coletar e processar todas as informações necessárias para a tomada de decisão como previsto pela teoria neoclássica. Simon defende, então, que os agentes ordenam os resultados das ações como satisfatórios ou não satisfatórios, o que

33 Idem, “Institutions and economic performance”, *op.cit.*, p.257.

34 MATHIAS, Peter. *Economic History: Living with the neighbours*. Roma: Luis Guido Carli, 2006, p.10-11.

35 KEHOE, Dennis. *Law and the rural economy in the Roman empire*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2007, p.29.

36 *Ibidem*, p.30.

simplifica o processo de tomada de decisão se comparado com o complexo processo de cálculo de maximização pressuposto pelo neoclassicismo tradicional. As decisões tomadas pelos agentes, portanto, não geram necessariamente uma alocação ótima de recursos, apenas possibilitam a busca por um objetivo específico nos termos dos meios disponíveis ao agente, meios estes que dependem em última instância das informações que o agente possui³⁷.

A partir disto, Kehoe propõe uma abordagem evolucionária da análise institucional. Segundo esta abordagem, as instituições não são criadas, mantidas e transformadas pelos agentes em busca de maximização de riquezas ou utilidades. A história das instituições explica-se pelo fato de as pessoas buscarem comportamentos e acordos que se mostraram benéficos no passado, isto é, que possibilitaram a elas melhorar sua situação. Melhoria de situação que não pode ser confundida com maximização, pois estas pessoas não possuem meios de comparar estes resultados com possibilidades alternativas. Ou seja, as instituições se perpetuam ou se transformam pela busca individual por comportamentos e acordos que as beneficiem: instituições ineficientes serão derrubadas ou transformadas, instituições eficientes serão mantidas, sendo a eficiência um parâmetro construído cognitivamente pelos agentes³⁸.

O conceito de racionalidade limitada traz possíveis desdobramentos bastante interessantes ao submeter o problema da escolha às determinações cognitivas dos agentes. Porém, Kehoe não trilha este caminho; prefere enfatizar o problema das limitações que este fato impõe ao pleno desenvolvimento do comportamento maximizador previsto pelo marginalismo. Isto é, ao invés de pensar os diferentes caminhos que o conceito de racionalidade poderia tomar devido ao fato de as escolhas dos agentes estarem submetidas às suas estruturas cognitivas, Kehoe insiste no conceito neoclássico de racionalidade apenas apontando os *limites* à sua plena performance causados pelos limites de conhecimento das informações pelos agentes. Assim, ao invés de utilizar o *insight* de que as escolhas dependem do que os agentes pensam e conhecem sobre os meios e objetivos para construir um conceito renovado de racionalidade, Kehoe utiliza este *insight* apenas para marcar os limites ao desempenho da maximização de utilidades pelos agentes.

Percebe-se isto na contínua defesa que Kehoe faz da utilização dos modelos neoclássicos como parâmetros para avaliar a relativa eficiência das instituições de uma economia, servindo de contra-modelo do que seria a realidade mais eficiente possível³⁹. Fica claro que para Kehoe, a realidade perfeita, de eficiência máxima, é a realidade de mercado livre descrita idealmente pelo marginalismo.

Kehoe chega a identificar esta possível crítica, afirmando que alguns aspectos da teoria que ele defende podem ser encarados como apologeticos ao livre mercado. Sua defesa antecipada a esta possível crítica não é suficiente: ele afirma que estes pressupostos defendidos não são prescrições para políticas legais ou econômicas de quaisquer agentes, mas apenas pontos de partidas para analisar a eficiência de formas particulares de organização econômica⁴⁰. Kehoe está certo, esses pressupostos são apenas pontos de partida para análise da eficiência de certas organizações econômicas. Enquanto pressupostos que afirmam ser o livre mercado a forma mais eficiente de organização econômica, contudo, são obviamente uma defesa do livre mercado. Dado que as ciências sociais servem de importante sustentação para a construção e legitimação de políticas públicas (ou para a falta delas, muitas vezes), a tentativa

37 *Ibidem*, p.37-38

38 *Ibidem*, p.39.

39 *Ibidem*, p.31 e p.37.

40 *Ibidem*, p.33-34.

de Kehoe de defender sua abordagem como politicamente neutra é, no mínimo, ingênua.

Os problemas que esta insistência no conceito marginalista de racionalidade traz para a análise da história econômica romana são perceptíveis nas considerações que Kehoe faz sobre os arquivos heroninos – conjunto de cartas e contabilidades acerca da administração de uma grande propriedade fundiária egípcia do período romano. Jean Andreau e Jérôme Maucourant criticam a clássica interpretação de Dominic Rathbone sobre a identificação de um livre mercado de mão de obra e de produtos agrícolas a partir destas fontes, afirmando que as informações contidas nelas sobre a administração da propriedade são mais bem explicadas a partir das relações de poder no Egito rural do que por uma simples busca por lucros por parte de seu proprietário.

Segundo Kehoe, a análise institucional permite superar este debate, interpretando o que Andreau e Maucourant chamam de relações de poder como os constrangimentos impostos a ação dos agentes econômicos pelas instituições formais e informais existentes naquela sociedade⁴¹. Desta maneira, Kehoe tenta traduzir os aspectos sociais, políticos e culturais em problemas institucionais que *limitam* as estratégias de busca por maximização possíveis no mundo antigo. Isto é, o comportamento social continua sendo visto como determinado unicamente pela busca por maximização, por mais que se admita que o quadro institucional limite às formas que esta busca tomará.

Crítica ao conceito neoclássico de racionalidade

Diante do exposto até aqui, é possível perceber que, apesar de percorrerem caminhos argumentativos qualitativamente diferentes, essas três formas de abordagem do problema da racionalidade econômica dos antigos partem de uma mesma premissa – o conceito de racionalidade neoclássico – e chegam a uma mesma conclusão – a existência de uma racionalidade limitada entre os antigos. Por isso, a crítica a estas três abordagens passa por um mesmo questionamento: o conceito neoclássico de racionalidade é sociologicamente útil e válido para o estudo da economia antiga?

Para os economistas neoclássicos, neoinstitucionalistas incluso, o que determina o comportamento dos agentes, salvo certos impedimentos determinados por comportamentos irracionais (e, portanto, aleatórios, inexplicáveis), é a busca por maximização da satisfação de utilidades a partir de seus recursos escassos. Seguindo esta linha, a explicação do comportamento humano deve ser buscada em uma teoria da escolha racional, sendo isto possível a partir da construção de modelos matemáticos que demonstrem as escolhas que maximizam utilidades dada uma determinada situação qualquer.

Tal teoria parte de determinadas premissas que delineiam o que se convencionou chamar de preceito do *homo oeconomicus*, uma percepção que aposta numa natureza humana universal e imutável. Tais premissas seriam de que, entre outras coisas, o homem naturalmente é: *hedonista*, busca sempre a maximização de seus interesses, não se dando por satisfeito com qualquer nível de satisfação alcançado (é precisamente isto que cria a escassez de recursos, pois as utilidades possíveis destes são vistas como infinitas); *egoísta*, suas relações com outros homens sempre tem como único objetivo a satisfação de seus próprios interesses, mesmo que indiretamente; *coerente*, seus interesses não se contradizem nem entram em conflito; *voluntarista*, sempre se esforça ao máximo para obter seus objetivos, nunca se rendendo à inércia.

41 *Ibidem*, p.40.

Principalmente a partir da antropologia econômica, as premissas marginalistas vêm sendo severamente criticadas. Karl Polanyi e Maurice Godelier acreditam que, apesar de focado no comportamento *econômico*, o aporte marginalista descamba para uma teoria geral da ação humana. Isto por que não existem meios ou fins racionais em si, em absoluto; racionais são as relações entre meios e fins, isto é, a forma de alocação de meios para a obtenção de determinado fim⁴². Desta maneira, a lógica da ação racional pode ser aplicada a qualquer aspecto da vida, e não apenas às relações que garantem a satisfação das necessidades humanas.

Justamente por isso, certos instrumentos técnicos da teoria econômica neoclássica são extremamente bem sucedidos para o planejamento de diversos tipos de operações – produtivas, militares ou mesmo “recreativas”, como no exemplo clássico do jogo de xadrez. Dados certos objetivos e certos meios, a teoria marginalista é capaz de detalhar estratégias ótimas de ação⁴³. Porém, tais instrumentos de análise marginalista precisam destes objetivos e meios como dados *a priori* para emitir suas sentenças, não sendo capazes de explicar justamente o conteúdo específico de tais objetivos nem a configuração social que delinea os meios possíveis.

Este fato está intimamente ligado ao papel que o axioma da racionalidade exerce dentro da metodologia neoclássica. O neoclassicismo adota uma filosofia da ciência essencialmente positivista, pois parte da premissa de que a origem do conhecimento está nas impressões fornecidas pelos sentidos e que a causalidade é uma conjunção incondicional e constante de eventos. A partir disso, o neoclassicismo adota uma metodologia *dedutivista*, acreditando que explicar um fenômeno é deduzi-lo de leis gerais – o que garante a previsibilidade dos eventos, porque explicar um evento a partir de leis gerais permite o conhecimento prévio de suas futuras novas ocorrências⁴⁴.

Para a manutenção desta postura epistemológica, é necessária a causalidade simples e constante, isto é, todo evento X ocorre sempre acompanhado do mesmo evento Y, sem que ocorram mudanças históricas nesta relação. Desta forma, a ciência positivista requer um *sistema em isolamento*, ou que os agentes tenham *condições internas constantes*⁴⁵. Isto é, a ciência positivista precisa ser *anistórica*. O axioma da racionalidade, conceituado pelo neoclassicismo como anistórico, garante, justamente, esta necessidade de condições internas constantes. Os agentes sempre agem da mesma maneira, ou seja, possuem um comportamento padrão que permite sua previsibilidade. Tudo é reduzido à ação dos indivíduos que são determinadas de uma única maneira: pela busca de maximização de “utilidades”⁴⁶. A anistoricidade do conceito de racionalidade neoclássico, portanto, decorre de sua fundamentação epistemológica.

Sendo assim, o marginalismo não se preocupa em explicar o conteúdo específico dos objetivos dos agentes nem a configuração social que delinea os meios possíveis, porque parte da premissa que tais conteúdos e tais configurações sociais não são historicamente e socialmente mutáveis – e isto é consequência direta de seu embasamento epistemológico positivista.

A partir disso, o marginalismo naturaliza os conteúdos dos objetivos capitalistas e a configuração social da sociedade de mercado para realizar suas análises, acreditando

42 POLANYI, Karl. *A subsistência do Homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p.64; e GODELIER Maurice. *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969, p.22 e p.314-315.

43 GODELIER, Maurice. “A antropologia econômica”, In: J.Copans et alii. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1971, p.148.

44 AUGUSTO, André Guimarães. “Racionalidade e Atomismo na escola Neoclássica”, trabalho apresentado na XII Conferência Anual da International Association for Critical Realism, Julho de 2009, disponível em: <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/27T.pdf>, p.4-5.

45 *Ibidem*, p.6-7.

46 *Ibidem*, p.9.

que tais são imanentes à natureza humana. Mesmo a corrente neoinstitucionalista, que percebe a necessidade de construção social de instituições (historicamente diferentes) para o funcionamento pleno do mercado, não escapa deste problema.

Ao partir do conceito de *racionalidade limitada*, de Herbert Simon, a NIE inclui um elemento dinâmico na racionalidade: o agente precisa passar por um processo de aprendizagem a partir de sua experiência para realizar suas escolhas e isso transforma seus níveis de aspiração. Porém, a *racionalidade limitada* parte dos mesmos princípios epistemológicos da racionalidade neoclássica tradicional: ambas são formais (referem-se à forma como se alcançam determinados fins sem poder explicar o conteúdo da ação) e instrumentais (são formas de prover o agente de meios para alcançar suas finalidades). Na verdade, o conceito de *racionalidade limitada* serve como uma correção à hipótese da racionalidade perfeita do neoclassicismo tradicional a partir dos critérios positivistas de ciência comungados pelo marginalismo, não sendo de maneira alguma subversiva as suas fundamentações básicas⁴⁷.

As relações econômicas como vistas pelo marginalismo não são sociais, pois se referem a um indivíduo abstrato que corresponde de certa maneira ao indivíduo inserido nas relações de mercado, relações estas que se caracterizam justamente por um alto nível de impessoalização⁴⁸. Esta falha da teoria marginalista afeta seus aspectos fundamentais. Exemplo disso é o problema do postulado da escassez, como criticado por Polanyi. Para o antropólogo húngaro, a insuficiência de meios não cria em si uma situação de escassez: não é por não ter acesso suficiente a determinado bem que uma pessoa não poderá passar sem ele⁴⁹.

Para Polanyi, a ubiquidade da escassez só surge na situação de mercado por uma característica fundamental do sistema mercantil: a utilização universal do dinheiro como meio de aquisição dos meios de satisfação de necessidades. Todos os bens e serviços estão à venda no mercado e todas as formas de obtenção de ingressos derivam da venda de bens e serviços. Desta forma, o dinheiro torna-se um recurso escasso com usos alternativos (quase que universais)⁵⁰. Diferentemente disso, em sociedades em que o mercado não possui tal centralidade, não existe uma situação geral de escassez devido à insuficiência de recursos – certos recursos podem ser insuficientes, enquanto outros não o são, não há nada que “integre” ou “homogeneize” a disponibilidade dos diferentes recursos, como o dinheiro faz no sistema de mercado.

Podemos acrescentar a este aspecto identificado por Polanyi o fato de que as sociedades pré-capitalistas não conhecem justamente o elemento fundamental que gera essa situação de investimento necessariamente contínuo e expansivo que caracteriza a escassez de recursos: o próprio Capital que deve estar sempre em irrefreável expansão para continuar sendo Capital⁵¹. O Capital é valor que gera mais valor através do consumo da mercadoria força de trabalho no processo de produção; para que a mais-valia seja gerada é necessário que este consumo da *força de trabalho* se dê com maior continuidade e intensidade possível⁵². Nas sociedades que desconhecem este tipo de relação social de produção, os princípios da escassez e da maximização não fazem qualquer sentido.

A historiadora Ellen Meikisins Wood identifica esta forma de lidar com a história econômica, naturalizando o comportamento capitalista e identificando a diferença entre

47 *Ibidem*, p.13-14.

48 GODELIER, Maurice. “A antropologia econômica”, *op.cit.*, p.148.

49 POLANYI, Karl. A subsistência do Homem e ensaios correlatos, *op.cit.*, p.73-75.

50 *Idem*, “La Economía como actividad institucionalizada”, *op.cit.*, p.292-293.

51 POSTONE, Moishe. “Capital and Historical Change”. Artigo apresentado na conferência *Marxian Horizons: Critical Social Theory for the 21st Century*, Cornell University, em 13 de março de 2004, disponível em www.countdownnet.info/archivio/teoria/321.pdf, p.5.

52 AUGUSTO, André Guimaraes. “Racionalidade e Atomismo na escola Neoclássica”, *op.cit.*, p.10.

as várias formações econômicas na história a partir dos limites ao pleno desenvolvimento deste comportamento, como tributária do ideal de progresso da sociedade burguesa. Ao descrever a história humana como o desenrolar do aperfeiçoamento humano, fazia-se necessário explicar a emergência do capitalismo. A história que se construiu, contudo, foi a de uma série de remoção de obstáculos que permitia uma força naturalizada, as relações de mercado, emergir plenamente. “Em outras palavras, para explicar o aparecimento do capitalismo foi necessário pressupor sua existência”⁵³.

Sendo assim, o conceito neoclássico de racionalidade é, essencialmente, anacronizante. Sua utilização para o estudo da economia antiga gera problemas de análise muito sérios, pois força as singularidades desta economia a entrar em padrões de comportamento que nos parecem naturais, mas que são tipicamente capitalistas. Isto é, o conceito neoclássico de racionalidade nos impede de entender as singularidades do passado ao mesmo tempo em que nega a historicidade do presente, pois o naturaliza.

Conclusão

Diante da incapacidade do conceito de Racionalidade prover recursos teórico-metodológicos proveitosos para uma verdadeira *História* Econômica da Antiguidade, vejo com menos entusiasmo o projeto hegemônico ora em curso em especial no mundo anglo-saxão de “reconciliar o estudo das economias antigas com os modelos e abordagens à História Econômica de períodos mais recentes”⁵⁴, entendida como a utilização do aparato teórico neoclássico em geral e neoinstitucional especificamente. A História Econômica da Antiguidade certamente pode enriquecer-se do diálogo com a História Econômica em geral, mas este não deve ser a mera aceitação da moda do momento, mas uma relação crítica e diversificada, que dialogue com diferentes formas de se fazer História Econômica – isto é, que permita a historicização da economia, e não sua mera identificação com a nossa Economia contemporânea.

53 WOOD, Ellen Meikisins. *Democracia contra Capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.131. Grifos da autora.

54 SCHEIDEL, Walter; VON RENDEN, Sitta. “Introduction”. In: *Idem* (ed.), *The Ancient Economy*. Nova York: Routledge, 2002, p.4.